

Relatório da Administração

Apresentação: A Diretoria da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora), em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresenta aos acionistas as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017, bem como o Relatório do Comitê de Auditoria e o Relatório dos Auditores Independentes.

Desempenho: A Distribuidora apresentou um lucro líquido de R\$ 106.283 (2016 - R\$ 180.287), correspondente a R\$ 26,42 por ação (R\$ 2016 - R\$ 44,81), o que representa uma rentabilidade anualizada sobre o Patrimônio Líquido de 44,16% (2016 - 97,13%). Em 31 de dezembro de 2017, o índice de Basileia do Conglomerado Prudencial era de 15,94% (2016 - 16,58%).

Balancos Patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota	2017	2016
Circulante		1.972.169	2.369.476
Disponibilidades	4	118.417	128.454
Aplicações em operações compromissadas	5	1.362.735	-
Títulos e valores mobiliários		6.434.205	562.115
Carteira própria	6	188.365	171.728
Vinculados à prestação de garantias		245.840	390.387
Outros créditos		56.812	1.678.907
Rendas a receber		4.703	9.190
Negociação e intermediação de valores	7	15.017	110.566
Crédito tributário	8	12.114	14.006
Diversos	9	24.978	1.545.145
Não circulante		449.568	298.169
Realizável a longo prazo		448.916	297.634
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	439.289	291.408
Aplicações em depósitos interfinanceiros		439.289	291.408
Títulos e valores mobiliários		4.641	4.217
Vinculados à prestação de garantias		4.641	4.217
Outros créditos		4.986	2.009
Crédito tributário		4.986	2.009
Permanente		652	15
Investimentos	10	15	15
Títulos patrimoniais		15	15
Imobilizado de uso		1	24
Outras imobilizações de uso		39	68
Beneficentários em imóveis de terceiros		610	610
(Depreciações acumuladas)		(648)	(654)
Intangível		636	496
Ativos intangíveis		921	652
(Amortizações acumuladas)		(285)	(156)
Total do ativo		2.421.737	2.667.645

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Dividendos: Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas. No exercício de 2017, a Distribuidora distribuiu dividendos no montante de R\$ 51.571 (2016 - R\$ 490.000) e pagou o montante de R\$25.000 (R\$ 490.000) no segundo semestre de 2017 e 2016, respectivamente.

Comitê de Auditoria: O Comitê de Auditoria é formado por até cinco representantes da diretoria e tem como principais atribuições as seguintes atividades: (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado Prudencial Citibank no Brasil, incluindo notas explicativas e relatório da auditoria externa; (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos

PASSIVO	Nota	2017	2016
Circulante		2.163.466	2.473.345
Outras obrigações		2.163.466	2.473.345
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		11	11
Sociais e estatutárias		28.605	2.627
Fiscais e previdenciárias	11	111.604	139.357
Negociação e intermediação de valores	17	1.986.701	2.288.681
Diversas	12	36.545	42.669
Não circulante		17.613	8.685
Outras obrigações		11.268	4.250
Diversas	12	11.268	4.250
Resultados de exercícios futuros		6.345	4.435
Recursos de exercícios futuros		6.345	4.435
Patrimônio líquido		240.658	185.615
Capital social - Domiciliados no país		81.641	81.641
Reserva de lucros		161.076	106.364
Ajustes de avaliação patrimonial		(2.059)	(2.390)
Total do passivo		2.421.737	2.667.645

Demonstrações dos Resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2º Semestre 2017	2017	Exercícios 2016
Receitas da intermediação financeira		95.948	247.018	386.730
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		95.948	247.018	386.730
Resultado bruto da intermediação financeira		95.948	247.018	386.730
Outras receitas/(despesas) operacionais		(36.810)	(49.827)	(53.969)
Receitas de prestação de serviços	15	53.402	113.789	121.382
Despesas de pessoal		(23.696)	(48.360)	(64.615)
Outras despesas administrativas	16	(31.005)	(64.497)	(66.276)
Despesas tributárias		(14.146)	(27.041)	(35.531)
Outras receitas operacionais	17	2.666	7.526	3.307
Outras despesas operacionais	17	(24.031)	(30.944)	(12.236)
Resultado operacional		59.138	197.491	332.761
Resultado não operacional		-	(3)	(885)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações		59.138	197.488	331.876
Provisão para imposto de renda e contribuição social		(8.127)	(88.483)	(148.775)
Provisão para imposto de renda	18	(16.932)	(49.922)	(87.257)
Provisão para contribuição social		(13.618)	(40.040)	(69.839)
Ativo fiscal diferido		2.423	1.479	8.321
Participações no lucro - Empregados		(208)	(2.722)	(2.814)
Lucro líquido		30.803	106.283	180.287
Quantidade de ações	14.a	4.023.359,318	4.023.359,318	4.023.359,318
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		7,66	26,42	44,81

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	2º Semestre 2017	2017	Exercício 2016
Atividades operacionais		30.803	106.283	180.287
Lucro líquido		30.803	106.283	180.287
Ajustes ao lucro líquido		4.428	7.046	(4.702)
Amortização e depreciação	16	683	145	226
Provisão para contingências e imposto diferido	18.a e b	6.783	8.380	3.393
Variáveis em ativos e passivos		(409.161)	1.264.630	(2.173.997)
(Aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez		(17.209)	(147.882)	(2.416)
(Aumento)/redução em títulos e valores mobiliários		(59.566)	127.822	(67.374)
Redução/(aumento) em outros créditos		24.160	1.620.598	(1.304.567)
(Redução) em outras obrigações		(357.815)	(337.818)	(800.807)
Aumento em resultado de exercícios futuros		1.269	1.910	1.167
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades operacionais		(373.930)	1.377.959	(1.998.412)
Atividades de investimento		-	-	8
Alienações no investimento		-	-	8
Alienações de imobilizado		-	22	-
Aplicações no intangível		(235)	(283)	(124)
Alienações no intangível		-	-	682
Caixa líquido (aplicado)/originado em atividades de investimento		(235)	(261)	566
Atividades de financiamento		14.e	(25.000)	(524.361)
Dividendos pagos		-	(25.000)	(524.361)
Caixa líquido (aplicado) em atividades de financiamento		-	(25.000)	(524.361)
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(374.165)	1.352.698	(2.522.207)
Modificações na posição financeira		1.855.317	128.454	2.650.661
Início do período		1.481.152	1.481.152	128.454
Fim do período		1.481.152	1.481.152	128.454
(Redução)/aumento líquido do caixa e equivalentes de caixa		(374.165)	1.352.698	(2.522.207)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Reservas especiais de lucros	Reservas de lucros	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2015		81.641	16.329	81.642	275.427	-	(102)	1.870	454.937
Adoção ao CPC 33 - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(1.870)	1.870	-
Saldos em 1º de janeiro de 2016 (Reapresentado)		81.641	16.329	81.642	275.427	-	(1.972)	1.870	454.937
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	(8)	-	(8)
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(410)	-	(410)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	180.287	180.287
Destinações:									
Reservas	14.d	-	-	-	8.393	-	-	(8.393)	-
Dividendos	14.e	-	-	-	(275.427)	-	-	(173.764)	(449.191)
Saldos em 31 de dezembro de 2016		81.641	16.329	81.642	8.393	-	(2.390)	-	185.615
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	338	-	338
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	(7)	-	(7)
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	106.283	106.283
Destinações:									
Reservas	14.c e d	-	-	277	79.435	-	-	(79.712)	-
Dividendos	14.c, d e e	-	-	(16.607)	(8.393)	-	-	(26.571)	(51.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		81.641	16.329	65.312	79.435	-	(2.059)	-	240.658
Saldos em 30 de junho de 2017		81.641	16.329	65.035	79.435	-	(2.479)	75.480	236.006
Ajustes de avaliação patrimonial, líquido de impostos		-	-	-	-	-	332	-	332
Ajustes de avaliação patrimonial - Benefícios a empregados		-	-	-	-	-	88	-	88
Lucro líquido		-	-	-	-	-	-	30.803	30.803
Destinações:									
Reservas	14.c e d	-	-	277	79.435	-	-	(79.712)	-
Dividendos	14.e	-	-	-	-	-	-	(26.571)	(26.571)
Saldos em 31 de dezembro de 2017		81.641	16.329	65.312	79.435	-	(2.059)	-	240.658

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

1 | Contexto operacional

A Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Distribuidora) é parte integrante do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil e suas operações são conduzidas de forma integrada a um conjunto de empresas que atua nos mercados financeiros e de capital. Utiliza-se dos recursos administrativos e tecnológicos dessas empresas e suas demonstrações financeiras devem ser entendidas nesse contexto.

A Distribuidora tem como objeto social a prática de todas as operações permitidas nas disposições legais e regulamentares às companhias distribuidoras atuando na compra e venda de ouro, inclusive por conta e ordem de terceiros, e na intermediação em bolsa de mercadorias à vista, futuros e a termo.

2 | Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas das Leis nº 4.595/64 (Lei do Sistema Financeiro Nacional) e nº 6.404/1976 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28 de dezembro 2007, e Lei nº 11.941, de 27 de maio 2009, em consonância, com os normativos do Banco Central do Brasil - BACEN, do Conselho Monetário Nacional - CMN e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, quando aplicável. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para contabilização e determinação dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

A autorização para publicação das demonstrações financeiras foi dada pela Administração a Distribuidora em 26 de fevereiro de 2018.

3 | Principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência, incluídas na apuração dos resultados dos períodos em que ocorrerem, simultaneamente, quando se correlacionarem e independentemente de recebimento ou pagamento.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa, nas demonstrações dos fluxos de caixa referem-se às disponibilidades em moeda nacional, disponibilidades em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas - posição bancada, às aplicações em depósitos interfinanceiros contratadas com prazo igual ou inferior a 90 dias e aplicações em moedas estrangeiras.

c) Aplicações em ouro

As operações em ouro estão apresentadas a valor de mercado e são representadas por ouro físico e certificados de custódia de ouro, registrado na rubrica "Disponibilidades".

d) Aplicações interfinanceiras de liquidez

Estão demonstradas pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

e) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, pela Administração, independente dos prazos de vencimento dos papéis, em três categorias específicas, conforme Circular Bacen nº 3.068/2001, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

i. Títulos para negociação - Adquiridos com o propósito de serem ativa e frequentemente negociados, sendo que os rendimentos auferidos e o ajuste ao valor de mercado são reconhecidos em contrapartida ao resultado do período. Os títulos classificados nesta categoria são apresentados no ativo circulante do balanço patrimonial, independente do seu prazo de vencimento;

ii. Títulos mantidos até o vencimento - Adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelos custos de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;

iii. Títulos disponíveis para venda - Aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição com rendimentos apropriados a resultado e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais serão reconhecidos no resultado quando da efetiva venda dos respectivos títulos.

Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

CNPJ nº 33.868.597/0001-40

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	1.170	866	(937)	1.099
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.849	2.090	(2.131)	1.808
Provisão para outros pagamentos	1.008	6.263	(700)	6.571
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	10	-	(10)	-
Total	4.037	9.219	(3.778)	9.478
b) Movimentação de crédito tributário de contribuição social				
	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2017
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	910	1.535	(444)	2.001
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.685	2.311	(1.979)	2.017
Provisão para outros pagamentos	3.942	6.531	(7.199)	3.274
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	-	9	-	9
Total	6.537	10.386	(9.622)	7.301
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2016
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	781	691	(562)	910
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.587	1.376	(1.278)	1.685
Provisão para outros pagamentos	6.057	3.758	(4.21)	3.942
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	12	-	(12)	-
Total	2.985	5.825	(2.273)	6.537

	2017	2016
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	250	1.251
Provisão para bônus e gratificação periódica	2.573	86
Provisão para outros pagamentos	3.990	133
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	8	7
Total	6.821	1.477
	2016	2015
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	781	691
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.587	1.376
Provisão para outros pagamentos	6.057	3.758
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	12	-
Total	2.985	5.825

	2017	2016
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	250	1.251
Provisão para bônus e gratificação periódica	2.573	86
Provisão para outros pagamentos	3.990	133
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	8	7
Total	6.821	1.477
	2016	2015
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	781	691
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.587	1.376
Provisão para outros pagamentos	6.057	3.758
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	12	-
Total	2.985	5.825

	2017	2016
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	167	834
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.953	64
Provisão para outros pagamentos	3.168	106
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	5	4
Total	5.293	1.008
	2016	2015
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	167	834
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.953	64
Provisão para outros pagamentos	3.168	106
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	5	4
Total	5.293	1.008

	2017	2016
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	250	1.251
Provisão para bônus e gratificação periódica	2.573	86
Provisão para outros pagamentos	3.990	133
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	8	7
Total	6.821	1.477
	2016	2015
	1 ano	2 anos
Provisão para contingências trabalhistas, fiscais e cíveis	781	691
Provisão para bônus e gratificação periódica	1.587	1.376
Provisão para outros pagamentos	6.057	3.758
Ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários	12	-
Total	2.985	5.825

O valor presente dos créditos tributários é de R\$ 15.391 (2016 - R\$ 14.190) descontados à taxa média de captação do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil.

Os créditos tributários registrados são constituídos às alíquotas vigentes nas datas dos balanços. Não haviam créditos tributários não constituídos em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

9 | Outros créditos - Diversos

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Devedores por depósitos em garantia	16.664	17.173
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	4.732	22
Adiantamentos e antecipações	265	207
Pagamentos a ressarir	23	9.880
Valores a receber de cliente por conta de liquidação de fichas de compensação (1)	3.294	1.517.863
Total	24.978	1.545.145

(1) Em 31 de dezembro de 2016 ficou registrado na rubrica "Outros créditos" o montante de R\$ 1.517.796 referente a valores transitórios de aplicações financeiras.

10 | Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo de investimentos está representado, basicamente, por títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão no montante de R\$ 15 (2016 - R\$ 15).

11 | Outras obrigações - fiscais e previdenciárias

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Provisão para impostos e contribuições sobre o lucro	67.519	125.936
Provisão para impostos e contribuições a recolher	40.249	13.021
Provisão para impostos e contribuições sobre lucros a pagar	3.836	-
Provisão para impostos e contribuições diferidos (1)	-	400
Total	111.604	139.357

(1) Provisão para impostos diferidos referem-se a passivos fiscais de imposto de renda e contribuição social decorrentes do ajuste a valor de mercado de títulos e valores mobiliários para negociação.

Em virtude da majoração de alíquota da CSLL, a Distribuidora registrou crédito tributário adicional no montante de R\$ 1.422 (2016 - R\$ 850). A referida majoração de alíquota aumentou o valor da CSLL a recolher neste exercício no montante de R\$ 10.010 (2016 - R\$ 17.460).

Conforme Carta-Circular nº 3.782 de 19 de setembro de 2016, a partir de janeiro de 2017, foi excluída a rubrica "Fiscais e previdenciárias - Provisão para riscos fiscais", e criada a rubrica em "Outras obrigações - Diversas - Provisão para contingências". Para efeito de publicação reclassificamos o saldo de 31 de dezembro de 2016 no montante de R\$ 115.

12 | Outras obrigações - Diversas

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Provisão para despesas com pessoal (1)	24.387	-
Provisão para pagamentos a fornecedores	6.076	10.968
Provisão para contingências (nota 13.a)	737	145
Outros	5.345	3.934
Total	36.545	42.669

(1) No exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Distribuidora constituiu reserva de reestruturação de pessoal no montante de R\$ 13.447 (2016 - R\$ 20.019).

13 | Passivos contingentes e obrigações legais

a) Saldos patrimoniais dos passivos contingentes por natureza

	2017	2016
	Circulante	Circulante
Provisão para contingências - Fiscais	119	115
Provisão para contingências - Trabalhistas	604	2.580
Provisão para contingências - Cíveis	737	145
Total	1.460	4.250

Em conformidade aos procedimentos previstos no Pronunciamento Técnico CPC 25, aprovado pela Resolução nº 3.823 do Conselho Monetário Nacional - CMN de 16 de dezembro de 2009 e na Carta-Circular nº 3.429 publicada pelo Banco Central do Brasil em 11 de fevereiro de 2010, a Distribuidora tem constituída provisão para riscos fiscais, composta basicamente, pelo seguinte caso:

- Fiscal - INSS Adicional de 2,5% - R\$ 119 (2016 - R\$ 115):** Trata-se de processo onde se discute a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência de adicional de 2,5% para instituições financeiras na contribuição ao INSS. Houve homologação da desistência parcial no âmbito da Anistia Fiscal, aguarda-se decisão de segunda instância quanto à contingência remanescente.

Contingências classificadas com risco de perda possível

Não são reconhecidas contabilmente, pois a Administração, com base na avaliação de especialistas e nas condições processuais de cada ação, entende que estas contingências não produzirão efeitos patrimoniais. Estão representadas por Contingências Fiscais no montante de R\$ 515.899 (2016 - R\$ 4.352.719), compostas basicamente pelo seguintes casos:

- IRPJ/CSLL Responsabilidade Solidária - R\$ 0 (2016 - R\$ 3.872.663):** Tratava-se de auto de infração cobrando IRPJ e CSLL de quotista de Fundo de Investimento em Participações administrado anteriormente pela Distribuidora. A Receita Federal havia incluído a Distribuidora como responsável solidária no processo administrativo. A Distribuidora obteve decisão final favorável.

- IRPJ/CSLL sobre correção monetária de depósitos judiciais - R\$ 334.912 (2016 - R\$ 326.667):** Auto de infração lavrado para cobrança de crédito tributário relativo ao IRPJ e CSLL sobre variação monetária ativa de depósitos judiciais. Aguarda-se julgamento de segunda instância.

- Dedução dos juros sobre capital próprio calculados retroativamente - R\$ 104.496 (2016 - R\$ 77.697):** Trata-se de Autos de Infração lavrados para constituir crédito tributário de IRPJ e CSLL sobre despesa de juros sobre capital próprio calculados retroativamente em 2006 e 2013. Aguarda-se respectivamente decisão judicial de primeira instância e julgamento de Manifestação de Inconformidade.

- Desmutualização - B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão - R\$ 31.884 (2016 - R\$ 30.175):** Trata-se de processos onde se discute o reconhecimento de COFINS e PIS sobre o resultado auferido no processo de conversão dos títulos patrimoniais da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão em ações. Aguardam-se decisões de segunda instância administrativa.

- Ação Indenizatória - R\$ 107.816 (2016 - R\$ 95.844):** Trata-se de ação onde o cliente discute prejuízos nos fundos de investimento onde a Distribuidora é a prestadora de serviços de custódia, escrituração e controladoria administrado por terceiros. A ação se encontra em juízo de primeira instância, aguardando sentença.

- Fiscal:** A Distribuidora optou por desistir de processos administrativos nos termos da Lei 13.496 de 24 de outubro de 2017, mediante antecipação de 20% e saldo remanescente a ser liquidado integralmente em Janeiro de 2018, aproveitando os benefícios oferecidos pela Lei e suas regulamentações. Seguem as discussões: A) Alegação de Decadência de IRPJ e CSLL cobrados sobre a diferença de índices para correção monetária de balanço ocorrida em 1990; B) Processos que discutiam despachos decisórios que homologaram parcialmente compensações de tributos efetuadas pela Distribuidora. Para tanto houve constituição de provisão no montante de R\$ 9.165 e utilização de R\$ 4.068. Aguarda-se homologação da Anistia que reduziu as contingências em R\$ 20.511.

b) Movimentação das contingências

	Saldo em 31/12/2016	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2017
Cíveis	1.700	334	(42)	(67)	161	2.086
Trabalhistas	2.580	7.972	(476)	(703)	427	9.800
Fiscais	115	-	-	-	4	119
Total	4.395	8.306	(518)	(770)	592	12.005
	Saldo em 31/12/2015	Constituição	Reversão	Utilização	Atualização	Saldo em 31/12/2016
Cíveis	279	1.562	(68)	(246)	173	1.700
Trabalhistas	3.744	1.529	(6)	(8.865)	178	2.580
Fiscais	654	-	-	(564)	25	115
Total	4.677	3.091	(74)	(3.675)	376	4.395

14 | Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é representado por 4.023.359.318 (2016 - 4.023.359.318) ações ordinárias, sem valor nominal.

b) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, não foi constituída reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social.

c) Reservas estatutárias

Constituída sob a forma de (i) reserva para equalização de dividendos e tem por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, estando limitada a 20% do capital social da entidade e (ii) reserva para reforço de capital de giro, visando garantir meios financeiros para a operação da entidade, estando limitada a 80% do seu capital social.

Em 31 de dezembro de 2017 foram constituídas reservas estatutárias no montante de R\$ 277. Em AGE de 29 de junho de 2017 foi aprovado o pagamento de dividendos com utilização de reservas estatutárias no montante de R\$ 16.607.

d) Reserva especial de lucro

Constituída a fim de registrar dividendos adicionais propostos declarados após o período contábil, que excederem a parcela do dividendo mínimo obrigatório de que trata o artigo 202 da Lei nº 6.404/76, enquanto não aprovados pela assembleia ou reunião de sócios.

Em 31 de dezembro de 2017 foi constituída reserva especial de lucros de R\$ 79.435. Em AGE de 28 de outubro de 2016 foi aprovado o pagamento de dividendos com utilização de reserva especial de lucros no montante de R\$ 275.427. E em 31 de dezembro de 2016 foi constituída reserva especial de lucros de R\$ 8.393.

Em AGE de 29 de junho de 2017, foi aprovado o pagamento de dividendos com utilização da reserva especial de lucros no montante de R\$ 8.393.

e) Dividendos e juros sobre o capital próprio (JCP)

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária, sujeito à aprovação da Assembleia Geral de Acionistas.

Em 28 de outubro de 2016 foram deliberados em AGE e pagos ao Banco Citibank S.A., dividendos no montante de R\$ 150.000, sendo R\$ 40.810 de "Outras obrigações - Dividendos e bonificações a pagar" e R\$ 109.190 das reservas especiais de lucro.

Em 28 de dezembro de 2016 foram deliberados em AGE e pagos ao Banco Citibank S.A., dividendos no montante de R\$ 340.000, sendo R\$ 173.762 de lucros acumulados e R\$ 166.238 de reservas especiais de lucro.

Em 29 de junho de 2017 foram pagos ao Banco Citibank S.A. o montante de R\$ 25.000 em dividendos deliberados em AGE, sendo R\$ 16.607 das reservas estatutárias e R\$ 8.393 da reserva especial de lucro.

Em 29 de dezembro de 2017 foram provisionados ao Banco Citibank S.A. o montante de R\$ 26.571 em dividendos a serem aprovados em AGE.

f) Ajuste de avaliação patrimonial

Compreende os ganhos e perdas de títulos disponíveis para venda e abrange a diferença entre as estimativas (premissas) e o efetivamente ocorrido no plano de previdência privada.

15 | Receitas de prestação de serviços e tarifas bancárias

	2º Semestre 2017	2017	Exercícios 2016
Receitas de administração de fundos de investimento	22.448	48.947	55.071
Receitas de serviços de custódia	18.899	41.362	42.975
Rendas de serviços prestados a ligadas (1)	2.739	4.384	2.778
Receitas de administração de clientes estrangeiros	7.914	15.939	15.811
Outras receitas de prestação de serviços	1.402	3.503	4.747
Total	53.402	113.789	121.382

(1) As receitas de prestação de serviços a ligadas são decorrente da celebração dos contratos de atribuição de receitas por país que gerou um impacto de R\$ 2.944 (2016 - R\$ 0).

16 | Outras despesas administrativas

	2º Semestre 2017	2017	Exercícios 2016
Despesas de aluguel	(855)	(1.710)	(1.255)
Despesas de serviços de terceiros	(14.326)	(27.221)	(29.877)
Despesas de serviços técnicos especializados	(5.853)	(14.644)	(7.369)
Despesas de amortização e depreciação	(68)	(145)	(226)
Despesas de processamento de dados	(9.030)	(18.823)	(25.311)
Despesas de comunicações	(161)	(454)	(796)
Outras despesas administrativas	(712)	(1.500)	(1.442)
Total	(31.005)	(64.497)	(66.276)

17 | Outras receitas/(despesas) operacionais

	2º Semestre 2017	2017	Exercícios 2016
Receitas			
Atualizações monetárias de depósitos judiciais	523	1.248	2.613
Atualização e recuperação de impostos	623	624	74
Reversão de provisões de contingências (nota 13.b)	13	518	139
Outras receitas com fundos	5	34	139
Outras reversões de provisões operacionais	1.502	5.102	455
Outras receitas operacionais	-	-	26
Total	2.666	7.526	3.307

...Continuação

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016 e semestre findo em 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

22.3. Gerenciamento de risco de mercado

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma diretoria de risco de mercado, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Mercado Global do Citigroup.

A estrutura e as estratégias para o gerenciamento de risco de mercado do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil são definidas através de políticas específicas abrangendo os seguintes tópicos: i) limites; ii) mensuração de riscos; iii) modelos; iv) avaliação de riscos nas carteiras de *banking*; v) apreçamento e marcação a mercado; e vi) novas transações, atividades e operações complexas.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

22.4. Gerenciamento de risco de crédito

Em atendimento à Resolução nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil instituiu, em abril de 2010, a estrutura de Gerenciamento de Risco de Crédito.

A estrutura de gerenciamento de risco está em linha com os princípios da Resolução nº 3.721 e faz parte do *Independent Risk Management* do Citigroup. O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil segue manuais, políticas

e procedimentos que regem risco de crédito em suas diferentes unidades de negócio. Cada unidade possui política de crédito a nível global, sendo complementada por guias e manuais desenvolvidos de forma a identificar, mensurar, controlar e mitigar as exposições aos riscos de crédito em níveis considerados aceitáveis pela Administração.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

22.5. Gerenciamento de risco de liquidez

Em cumprimento à Resolução, nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, a diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, esclarece que possui uma estrutura de gerenciamento de risco de liquidez, instruída por políticas internas e obedientes à regulação brasileira.

As políticas internas definem as responsabilidades, os procedimentos, as metodologias, estrutura e as estratégias, segundo as diretrizes instituídas para controle de Risco de Liquidez Global do Citigroup.

A política de risco de liquidez é única e, portanto, aplicável para todo o Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, incluindo todas as suas subsidiárias, e estabelece uma padronização para definir, mensurar, limitar e reportar o risco de liquidez, garantindo consistência de bases e metodologias entre áreas e países e transparência nos relatórios de risco.

O plano de liquidez do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil é elaborado anualmente e aborda todas as questões estratégicas de liquidez requeridas pela Política de Risco de Liquidez, estabelecendo métricas, relatórios e limites, incluindo a segregação por moeda, risco *intraday* e o plano de contingência

para situações extremas. Como parte do plano de liquidez, as premissas e simulações de cenários de *stress* são revisados e aprovados pela alta administração no Comitê de Ativos e Passivos-ALCO.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco operacional consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Relatório de Gerenciamento de Riscos.

22.6. Gerenciamento de risco socioambiental

A diretoria do Banco Citibank S.A., na qualidade de instituição líder do Conglomerado Prudencial Citibank Brasil, em linha com as Resoluções nº 4.327 de 25 de abril de 2014 e nº 4.557 de 23 de fevereiro de 2017, do Conselho Monetário Nacional - CMN, estabelece política interna, procedimentos e governança, sob supervisão CRO, para gerenciamento de risco socioambiental.

Para maiores informações sobre a estrutura de gerenciamento de risco de socioambiental consulte o site www.citi.com.br (não auditado), através das opções: Institucional-Código de Conduta e Políticas-Responsabilidade Socioambiental.

22.7. Gerenciamento de riscos relevantes

O Conglomerado Prudencial Citibank Brasil possui um processo para identificação dos riscos relevantes, sendo que, a partir das diretrizes do grupo e riscos avaliados no planejamento estratégico o banco define o conjunto corporativo de riscos relevantes.

A Diretoria

Alexandre Macedo Barbosa
CRC: 1SP191859/O-5

Comitê de Auditoria

Em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o Comitê de Auditoria do Conglomerado Financeiro Citibank Brasil ("Conglomerado") foi instituído em 30 de abril de 2004 por meio da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária do Banco Citibank S.A. (empresa líder) sendo composto, atualmente, por três membros da atual Diretoria do Banco.

De acordo com seu regulamento interno, destacam-se as seguintes atribuições exercidas pelo Comitê:

- (i) avaliação e adequação das Demonstrações Financeiras, das empresas integrantes do Conglomerado, incluindo notas explicativas e relatório dos auditores independentes;
- (ii) avaliação da efetividade e independência dos trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa e o acompanhamento das recomendações de melhorias nos controles internos efetuadas pelas mesmas; e
- (iii) avaliação da efetividade dos controles internos, recomendando, sempre que julgado necessário, correções e aprimoramentos de políticas e práticas internas identificadas no âmbito de suas atribuições.

O Comitê reuniu-se formalmente por 10 vezes no período de 1º de janeiro de 2017 a 26 de fevereiro de 2018, onde desenvolveu as seguintes atividades:

- a. Reuniu-se, com representantes da Administração, com profissionais responsáveis pela contabilidade, com auditores internos e externos para discussão dos resultados de seus trabalhos e de aspectos contábeis relevantes que possibilitassem a conclusão a respeito da adequação, integridade e conformidade das Demonstrações Financeiras às normas vigentes.
- b. Revisou com a Auditoria Interna a avaliação de riscos e o resultado das auditorias realizadas. Efetuou o acompanhamento da implementação dos planos de ação propostos para endereçar os riscos identificados nos pontos de auditoria dentro dos prazos estabelecidos, bem como eventuais exceções. A Auditoria Interna do Conglomerado segue metodologia de trabalho estabelecida pela Matriz, sendo emitidos relatórios formais de auditoria para todos os trabalhos finalizados.
- c. Acompanhou os trabalhos desenvolvidos pela área de Risco Operacional, em conformidade com as Resoluções nº 2.554/98 e nº 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional - CMN, com o objetivo de avaliar e garantir o monitoramento e a efetividade dos sistemas e procedimentos de controles internos.
- d. Analisou em atendimento a Resolução nº 4.433/15, do Conselho Monetário Nacional - CMN:
- (i) os relatórios quantitativos e qualitativos sobre a atuação da área de Ouvidoria do Conglomerado referente ao segundo semestre de 2017; e

- (ii) o relatório do Diretor Responsável pela Ouvidoria e no que se refere à observância das normas e regulamentos aos direitos do Consumidor e à eficiência da Ouvidoria.

Em sessão realizada em 26 de fevereiro de 2018, reuniu-se com representantes da KPMG Auditores Independentes, onde tomou conhecimento (i) do relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, (ii) dos assuntos de destaque do exercício, e (iii) de outros assuntos relacionados aos trabalhos da auditoria externa.

Adicionalmente, nesta data, examinou e aprovou o Relatório de atividades do Comitê de Auditoria e este resumo, relativos às atividades desenvolvidas no período.

Concluiu, com base nas documentações apresentadas, serem satisfatórios os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e externa, eficazes os sistemas e procedimentos de controles internos e recomendou à Diretoria do Banco Citibank S.A., empresa líder do Conglomerado, a aprovação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2018.
Comitê de Auditoria

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e à Diretoria da
Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.
São Paulo - SP



Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Citibank Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Distribuidora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Distribuidora são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Luciana Liberal Sâmia
Contadora CRC 1SP198502/O-8